

A TERAPIA OCUPACIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR COMO UM MEIO DE AUXILIAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

OCCUPATIONAL THERAPY IN THE SCHOOL CONTEXT AS A MEANS OF
ASSISTING THE INCLUSION PROCESS OF STUDENTS WITH SPECIAL
EDUCATIONAL NEEDS AND DISABILITIES: A BIBLIOGRAPHIC ANALYSIS

Ciências da Saúde • 08/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791436465](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791436465)

Elizene Chusca¹

RESUMO

A educação inclusiva constitui um importante princípio para a garantia do direito à escolarização e a participação social de estudantes com deficiências e outras necessidades especiais. Nesse contexto, a Terapia Ocupacional apresenta possibilidades de atenção no ambiente escolar, contribuindo para a redução de barreiras que interferem na participação, no desempenho ocupacional e na aprendizagem dos alunos. **Método:** O presente artigo tem como objetivo revisar e analisar evidências bibliográficas que debatem a temática da atuação da Terapia Ocupacional no contexto escolar, com destaque para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, deficiência física, acessibilidade e tecnologia assistiva, além de documentos normativos relacionados a educação inclusiva. **Resultados:** A literatura analisada demonstra que a atuação do terapeuta ocupacional pode envolver a avaliação das demandas do estudante, adaptação de materiais e atividades, adequação do mobiliária, orientação aos professores, utilização de tecnologias assistiva, promoção da acessibilidade e a construção de estratégias colaboração entre escola, família e demais profissionais. Os estudos também evidenciam que a inclusão não depende exclusivamente da adaptação do aluno ao ambiente escolar, mas da transformação das condições ambientais pedagógicas e sociais que podem produzir barreiras à participação. **Conclusão:** Conclui-se que a terapia Ocupacional constitui um recurso interdisciplinar relevante para o fortalecimento da educação inclusiva, embora sejam necessárias maior produção científica, ampliação da inserção nas escolas e consolidação de práticas que ultrapassem uma perspectiva exclusivamente individual e clínica.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional; Necessidades educacionais especiais; Deficiência física; Inclusão escolar.

ABSTRACT

Inclusive education is an important principle for ensuring the right to education and social participation of students with disabilities and other special educational needs. In this context, Occupational Therapy can contribute to the school environment by helping to identify and reduce barriers that affect students' participation, occupational performance, and learning. **Method:** This article reviews and analyzes studies on the role of Occupational Therapy in the school context, focusing on the inclusion of students with special educational needs and physical disabilities, accessibility, assistive technology, and documents related to inclusive education.

Results: The literature shows that occupational therapists can contribute by assessing students' needs, adapting materials and activities, modifying furniture and the school environment, guiding teachers, using assistive technology, promoting accessibility, and developing collaborative strategies involving the school, family, and other professionals. The studies also show that inclusion is not simply a matter of adapting students to the school environment. It also involves changing environmental, educational, and social conditions that may create barriers to their participation.

Conclusion: Overall, Occupational Therapy can be considered an important interdisciplinary resource for promoting inclusive education. However, further research is needed, as well as greater integration of occupational therapists into schools and the development of practices that go beyond an exclusively individual and clinical approach.

Keywords: Occupational Therapy; Special educational needs; Physical disability; School inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental e que deve ser assegurado a todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais ou culturais. E na perspectiva da educação inclusiva propõe-se que a escola faça o acolhimento da diversidade, garantindo não somente o acesso dos estudantes aos espaços escolares, mas também a sua participação, aprendizagem, autonomia e também a permanência destes estudantes nas escolas especiais e regulares.

No Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece a educação especial como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e determina que os sistemas educacionais disponibilizem recursos, métodos, currículos e formas de organização capazes de atender as necessidades dos estudantes, a na Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência-Lei nº13.146/2015 – reforça a perspectiva ao estabelecer a promoção, em condições de igualdade, de direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, tendo como finalidade a inclusão social e o exercício da cidadania.

No entanto, a existência de dispositivos legais não significa que a inclusão ocorra de maneira automática no cotidiano escolar, pois ainda é possível perceber barreiras arquitetônicas pedagógicas, falta de recursos adequados e adaptados às necessidades dos estudantes da inclusão e também falta de formação aos profissionais envolvidos na educação.

É nesse cenário que a Terapia Ocupacional pode contribuir, pois esse profissional possui conhecimento relacionado às relações entre pessoas, atividades e ambientes, podendo analisar as demandas

presentes no cotidiano escolar e propor estratégias que favoreçam a participação e o desempenho do estudante.

A aproximação entre Terapia Ocupacional e Educação não é recente. A literatura brasileira registra uma trajetória marcada inicialmente pela atuação junto às instituições de educação especial e, posteriormente, pela ampliação das ações para o contexto das escolas regulares. Pereira Borba Lopes (2021), ao analisar a produção brasileira sobre Terapia Ocupacional e Educação, identificaram 36 textos relacionados à temática e observaram a predominância histórica de propostas direcionadas à inclusão de crianças com deficiências.

A regulamentação dessa área também ganhou maior reconhecimento profissional com a Resolução COFFITO nº 500/2018, que reconhece e disciplina especialidade de Terapia Ocupacional no contexto escolar. O documento estabelece que o terapeuta ocupacional pode atuar em escolas regulares e especiais, salas multifuncionais e outros contextos educacionais, inclusive na implementação de políticas que garantam a inclusão dos estudantes.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo revisar e analisar as evidências bibliográficas existentes acerca da contribuição da Terapia Ocupacional para o processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, com atenção particular às demandas dos estudantes com deficiência física.

2. MÉTODO

Para iniciar esta discussão sobre a terapia ocupacional no contexto escolar, iremos desenvolver uma revisão bibliográfica para que possamos compreender e analisar as fragilidades do sistema educacional e a necessidade de outros profissionais como o terapeuta ocupacional como um meio de intervir e contribuir para que a educação inclusiva aconteça efetivamente, por meio de uma atuação interdisciplinar entre os vários agentes e profissional que podem e devem atuar neste processo. A escolha deste método justifica-se pela necessidade de reunir, organizar e discutir diferentes estudos e análises científicas relacionadas à atuação da Terapia Ocupacional no contexto escolar e suas contribuições para a educação inclusiva.

O levantamento bibliográfico teve como referência produções disponíveis em bases e periódicos científicos brasileiros, como a biblioteca SciELO, a revista de terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional e também documentos legais e normativas relacionados à educação especial, inclusão escolar e atuação profissional como, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Para desenvolver as discussões que irão embasar as análises deste estudo, foram considerados os artigos e estudos relacionados ao temas da Terapia Ocupacional e a inclusão escolar.

Entre os estudos selecionados destacam-se trabalhos que discutem especificamente a atuação do terapeuta ocupacional junto a estudantes com necessidades educacionais especiais, a colaboração entre terapeutas e professores, a inclusão de alunos com deficiência física e a construção de práticas inclusivas.

A análise foi organizada em quatro eixos: a) educação inclusiva e necessidades educacionais especiais; b) atuação da Terapia Ocupacional no ambiente escolar; c) contribuição específicas para estudantes com deficiência física; e d) desafios e possibilidades da atuação profissional.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Educação Inclusão e Necessidades Educacionais Especiais

Para iniciar esta discussão sobre a educação inclusiva, necessitamos analisar, compreender, identificar e conhecer as fragilidades que envolvem o desenvolvimento das atividades de atendimento especializado ao educando com necessidades de atendimento educacionais especiais, para a partir da identificação dessa ou dessas fragilidades, possamos desenvolver atividades que envolva o educando, a escola e a família, para o entendimento de que o acesso à educação é um direito do educando, garantido pela lei de inclusão, MEC “LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000”, e da importância e capacidades que outros atendimentos educacionais especializados tem para propiciar a desenvolver e a aprendizagem do aluno, bem como para que a inclusão na sala regular seja possível e com suporte adequado de outros profissionais e espaços, como por exemplo as Sala de Recursos Multifuncional e o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Bem como a construção de políticas públicas inclusivas, de acesso aos serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade nas escolas regulares, eliminam a discriminação e a segregação, superando o modelo de escolas e classes especiais. Nessa perspectiva, os sistemas de ensino modificam sua organização, assegurando aos

alunos público alvo da educação especial a matrícula nas classes comuns e a oferta do atendimento educacional especializado, previsto no projeto político pedagógico da escola.

Neste contexto Carvalho (2003), reforça a ideia de adequar a escola a ajustar-se às necessidades do aluno atendido. O currículo a ser inserido deve ser flexível a partir da realidade da instituição e da comunidade, ambas interligadas possibilitem ao educando buscar seu crescimento e desenvolvimento intelectual bem como a sua integração em todos os ambientes e espaços da sociedades. Para isso acontecer a escola deve estabelecer planos claros, positivos que viabilizem o processo do ensino aprendizagem do aluno de inclusão.

Segundo a LDB (Leis de Diretrizes e Bases) 9394/96 Art.4 par. III:

Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

A educação aparece como dever universalizado do brasileiro, todos têm direito ao acesso ao conhecimento de qualidade e gratuitamente fornecido pelos meios públicos da nação. Todas as pessoas segundo as diretrizes têm direito a qualidade na educação, dessa maneira o professor tem de estar sempre preparado e qualificado para atender essa demanda.

Mas apesar de a educação ser um direito garantido em lei ela ainda tem muitos pontos que precisam de atenção, pois:

Apenas a promulgação de leis não garante a inclusão escolar, pois mecanismos de exclusão são visíveis nas escolas, como barreiras arquitetônicas, falta de mobiliários adaptados, ausência de equipamentos de ajuda e de materiais pedagógicos adequados para as diferentes dificuldades (visuais, auditivas, cognitivas e motoras), ausência de língua de sinais ou de escrita Braille, ou ainda obstáculos nem sempre evidentes, como as barreiras atitudinais. (Rocha et al., 2003; Toyoda et al., 2007 apud PEREIRA; Borba; Lopes, 2021, p. 9).

Para Sasaki (1997) o desenvolvimento das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de Inclusão, toda sociedade deve ser modificada a partir do entendimento que toda pessoa tem direito à educação e respeito. E a Educação Especial deve buscar desenvolver através de atividades pedagógicas atitudes participativas e senso crítico que habilite esses educandos, ensinando-os a viver e conviver em sociedade. É de grande importância lembrar que, mesmo os alunos atendidos em instituições especializadas, não constituem uma homogeneidade no grupo de estudo, suas diferenças individuais deverão ser respeitadas, por meio da execução de propostas diversificadas, que atendam a necessidade de cada educando de forma individualizada buscando seu sucesso na aprendizagem e é nesta perspectiva que a lei nº9.394/1996 determina que os sistemas de ensino assegurem aos educandos público-alvo da educação especial currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas para atender às suas necessidades.

Nesse sentido, a inclusão deve ser compreendida como um processo que envolve diferentes atores. Professores, gestores, profissionais especializados, familiares e os próprios estudantes precisam participar da construção de estratégias inclusivas.

Assim a inclusão escolar não deve limitar-se à matrícula do estudante. É necessário garantir condições para que ele participe das atividades, interaja com colegas e desenvolva as suas habilidades. Onde o professor possui conhecimento aprofundado dos processos de ensino e aprendizagem, currículo, rotina escolar e dinâmica da turma. O terapeuta ocupacional, por sua vez, pode contribuir com conhecimento sobre desempenho ocupacional, acessibilidade, atividades, adaptações, tecnologia assistiva e análise da relação entre indivíduo e ambiente. A articulação entre esses conhecimentos pode favorecer estratégias mais adequadas às necessidades dos estudantes.

Folha e Carvalho (2017) investigaram uma proposta de formação continuada para professores da educação infantil mediada por terapeuta ocupacional. O estudo realizado com 13 professores e auxiliares, identificou que o desconhecimento sobre os transtornos do neurodesenvolvimento gerava insegurança entre os profissionais e que a formação continuada poderia construir uma estratégia importante para a inclusão escolar, pois a formação de profissionais da educação constitui elemento fundamental para a construção de práticas capazes de responder à diversidade. E a colaboração entre profissionais não significa que o terapeuta ocupacional deva substituir o professor, ao contrário, significa estabelecer uma atuação interdisciplinar, na qual cada profissional contribui com seus conhecimentos específicos, ainda segundo Folha e Carvalho (2017),

[...] podemos considerar a ação de formação continuada, realizada neste estudo, como uma potente estratégia de sensibilização dos professores e da equipe escolar para o trabalho coerente com o ideário inclusivo, na medida em que se pode fornecer à estes um espaço de construção de conhecimentos, de empoderamento e de qualificação docente, o que tende a proporcionar à eles segurança para o trabalho junto à alunos com Transtornos do Neurodesenvolvimento.

E para Pereira, Borba e Lopes (2021) existe a necessidade de compreender a escola em sua complexidade e de estabelecer diálogo com os diferentes profissionais envolvidos na construção da educação inclusiva, e o terapeuta ocupacional pode contribuir muito neste processo, pois ainda segundo os autores grande parte da produção da produção da Terapia Ocupacional esteve historicamente voltada à deficiência, mas também aponta a necessidade de ampliar as discussões sobre a atuação profissional no campo educacional.

[...] é importante que a terapia ocupacional reflita sua participação nesse âmbito, considerando o acesso, a permanência e a qualidade da aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens à/na educação escolar um direito humano e também social, este último advindo da cidadania que detêm, mas compreendendo a escola como um espaço de participação democrática que deve também compor uma rede social de suportes (PEREIRA, BORBA E LOPES, 2021, p.4)

Para estes autores o debate principal é “construir uma escola pública brasileira de melhor qualidade para todos e, ao mesmo tempo, garantir que as especificidades e peculiaridades de cada sujeito sejam garantidas e respeitadas”. Seguindo esta ideia é que os autores defendem que o profissional de Terapia Ocupacional, tem atribuições que podem contribuir muito no desenvolvimento de uma educação cada vez mais inclusiva.

3.2. A Terapia Ocupacional no Contexto Escolar

A Terapia Ocupacional possui uma das suas características fundamentais a análise da relação entre pessoa, atividade e ambiente. No contexto escolar, essa perspectiva possibilita compreender como as características individuais do estudante integram com as exigências das tarefas e com as condições físicas, sociais e pedagógicas da escola.

A atuação do terapeuta ocupacional pode ocorrer diretamente com o estudante, mas também junto aos professores, familiares, gestores e demais profissionais envolvidos no processo educativo, para

Trevisan e Della Barba (2012) às possibilidades de atuação da Terapia Ocupacional no processo de inclusão escolar das crianças com necessidades educacionais especiais se destacam na importância da atuação colaborativa. O que segundo os autores, o profissional pode contribuir como facilitador e mediador da relação entre escola, aluno e família, buscando soluções coletivas, ambientais e apoio que favoreçam a inclusão, e com isso um maior desenvolvimento das necessidades e habilidades dos educandos, o terapeuta ocupacional pode planejar e desenvolver adaptações que tornem o espaço e o processo mais acessível e menos desgastante para que a inclusão aconteça da forma mais eficiente de acordo com que as condições permitam. Pois o ato de incluir não pode ser meramente colocar o estudante em uma sala de aula com outros estudantes, pelo contrário, para a inclusão acontecer precisa de interação entre os profissionais envolvidos, e o planejamento dos espaços e adaptações adequadas de acordo com a demanda de cada estudante da inclusão, e é neste contexto que o terapeuta ocupacional pode ajudar, trazendo um planejamento de adequações e intervenções que melhor adequar o ambiente e as ações a serem desenvolvidas dentro do ambiente escolar para que seja possível a inclusão acontecer de forma satisfatória para o estudante, família e escola, como podemos analisar na citação:

O terapeuta ocupacional desempenha um papel fundamental no ambiente escolar ao propor adaptações que favorecem a participação e a autonomia da criança com necessidades educacionais especiais, dialogando diretamente com a equipe pedagógica e transformando a rotina escolar. (Trevisan; della Barba, 2012, p.91).

E é a partir da Resolução COFFITO nº500/2018 que se reconhece oficialmente a Terapia Ocupacional no Contexto Escolar e estabelece entre as competências profissionais a avaliação e intervenção no desempenho ocupacional do estudante, considerando a interação entre estudante, contexto escolar e atividade.

Dentro dessa discussão é que podemos entender que o terapeuta ocupacional pode auxiliar a equipe escolar na identificação das dificuldades enfrentadas pelo aluno e na elaboração de estratégias para ampliar sua autonomia e participação.

3.3. Contribuições para a Inclusão de Estudantes com Deficiência Física

Entre os estudantes que podem se beneficiar da intervenção da Terapia Ocupacional estão aqueles com deficiência física, especialmente quando as limitações motoras interferem na mobilidade, comunicação, escrita, alimentação, manipulação de materiais escolares ou realização de atividades de vida diária (AVDs) no ambiente escolar.

Paula e Baleotti (2011) desenvolveram um estudo sobre inclusão escolar de um aluno com deficiência física, envolvendo a identificação das dificuldades apresentadas no contexto escolar, adaptação de recursos pedagógicos, adequação de mobiliário e orientação da professora. Os resultados demonstram a importância de analisar conjuntamente as demandas funcionais do estudante, as características de atividade e as condições ambientais, portanto garantir a inclusão escolar do aluno com deficiência física, faz-se necessário considerar simultaneamente "as demandas funcionais do estudante, as características da atividade e as condições ambientais,

identificando barreiras e facilitadores desse processo" (Paula; Baleotti, 2011, p. 67).

Esse estudo é bastante relevante porque demonstra que uma dificuldade apresentada pelo aluno não deve ser automaticamente interpretada como incapacidade individual. Quando o ambiente, os recursos e as atividades são adequadamente modificadas, determinadas barreiras podem ser reduzidas ou eliminadas.

A atuação do terapeuta-ocupacional pode incluir algumas adaptações e adequações que tem capacidade de melhorar a estrutura do espaço e dos atendimentos voltada para o atendimento ao educando da inclusão como:

- Adaptações de materiais escolares;
- Adequação de mobiliários;
- Indicação e utilização de tecnologia assistiva;
- Adaptações de instrumentos para a escrita;
- Orientação quanto ao posicionamento;
- Estratégias para facilitar a mobilidade;
- Organização do ambiente físico;
- Adaptações de atividades pedagógicas;
- Orientação de professores e familiares;

Estímulo à autonomia e independência;

- 8 Participação nas atividades escolares e sociais.

Portanto, a Terapia Ocupacional pode contribuir não apenas para que o estudante consiga realizar determinada tarefa, mas para que a escola seja capaz de oferecer condições para que ele participe de maneira mais autônoma e significativa.

3.4. Desafios e Possibilidades da Atuação Profissional

A análise bibliográfica, permitiu identificar uma transformação gradual na concepção onde o papel da terapia ocupacional na escola, pode ser importante ferramenta da aprendizagem e inclusão.

De acordo com Pereira Borba Lopes (2021) ao longo da história ocorreu uma aproximação entre profissionais da Terapia Ocupacional e a escola, esta aproximação se deu por meio da educação especial, bem como instituições que atendiam pessoas com deficiência, essa trajetória evidenciando que inicialmente a atuação mantinha relação com a perspectiva individualizada e a produção da saúde.

Para que a educação inclusiva ocorra, se faz necessário que o profissional de terapia ocupacional ultrapasse os espaços clínicos, considerando que a escola oferece um ambiente com características próprias e únicas, e este não deve ser compreendido unicamente como o local onde serão apenas realizadas as intervenções terapêuticas. Pois a escola é um espaço de diversidades múltiplas, com a ocorrência de aprendizagem, socialização, construção da autonomia e formação cidadã, convivência e interação com a diversidade. Por isso é extremamente importante o Terapeuta Ocupacional conhecer e compreender todas as rotinas escolares

incluindo relações sociais, as práticas pedagógicas, as políticas educacionais bem como o currículo, pois o aluno não deve ser o único objeto de interação para o profissional, o objetivo deve ser eliminar as barreiras existentes entre o estudante e a instituição de ensino. Essa perspectiva se alinha diretamente ao conceito de participação, cujo propósito fundamental é garantir que o aluno se envolva ativamente e de forma plena em todas as esferas da vida escolar, para que possa assim eliminar as barreiras entre o aluno/paciente e a escola.

Com a observação e utilização desta perspectiva se aproxima com o conceito de participação. Por este, tem-se como perspectiva de que o objetivo não seja a execução de uma atividade pelo aluno de uma única e determinada maneira, mas oferecer a ele a participação escolar em suas diversas e significativas formas.

Apesar dos avanços legais e científicos, a literatura evidencia que ainda existem muitos obstáculos para a efetivação da inclusão escolar, e as principais barreiras que podemos identificar são, as barreiras arquitetônicas, como a ausência de rampas, elevadores, banheiros acessíveis; barreiras pedagógicas, com atividades e materiais que não consideram diferentes formas de participação e aprendizados; barreiras comunicacionais, como a ausência de recursos e estratégias adequadas para os estudantes que apresentam necessidades específicas de comunicação; barreiras atitudinais, como o preconceito, baixa expectativa em relação às capacidades do estudante e compreensão equivocada sobre deficiência; barreiras relacionadas à formação profissional, como falta de qualificação dos professores e insegurança dos professores para lidar com determinadas necessidades educacionais; barreiras institucionais, como insuficiência de recursos humanos e materiais,

dificuldades de articulação entre serviços e ausência de planejamento para a inclusão.

Oliveira *et al.*(2015) descreve que os próprios profissionais da educação identificam diferentes fatores que dificultam a inclusão, evidenciando que a transformação da escola exige ações coletivas e não pode ser atribuída exclusivamente ao professor ou ao aluno, e o terapeuta ocupacional é um profissional que pode atuar justamente nesse espaço identificando e ajudando no enfrentamento das barreiras, pois a sua contribuição pode envolver a avaliação dos ambientes, das tarefas e dos recursos utilizados, propondo mudanças que aumentem a participação e o desenvolvimento dos estudantes da inclusão, também segundo os autores, [...] “para que ocorra uma transformação da realidade escolar e social, a inclusão escolar precisa ser entendida como uma filosofia em que haja participação de todos”.

Ainda segundo Oliveira *et al.*(2015):

[...] o conceito de inclusão é inserir uma criança especial na escola regular, para que elas convivam juntas em um mesmo ambiente. Entretanto esse espaço também deve possibilitar que todas as crianças aprendam juntas e com qualidade, em salas de aula provedoras de recursos e oportunidades.

Partindo desta análise dos autores, compreendemos que os ganhos com a inclusão escolar não podem ser apenas para o aluno que precisa da inclusão, mas sim que no processo de inclusão todos os

envolvido aprendam juntos, partilhando as dificuldades e evoluções, tornando assim este processo muito mais justo e eficiente.

4. ANÁLISES PAUTADA DAS EVIDÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ao analisar os estudos bibliográficos selecionados podemos identificar algumas tendências importantes. Em uma primeira análise, podemos perceber evidências consistentes na literatura brasileira que a Terapia Ocupacional possui possibilidades de contribuição para a inclusão escolar. A revisão realizada por Trevisan e Della Barba (2012), já apontava o potencial do profissional para atuar na relação entre aluno, família e escola e na construção de soluções ambientais e coletivas.

Em uma segunda análise é possível identificar nos estudos direcionados à deficiência física a relevância da adaptação das atividades, dos recursos pedagógicos e do ambiente físico, que segundo Paula e Baleotti (2011) a análise da interação de pessoas, atividades e ambientes e ambientes podem modificar significativamente as possibilidades de participação do estudante.

Já na terceira análise, observa-se a importância da formação e orientação dos professores. A literatura mostra que a insegurança profissional pode construir uma barreira à inclusão e que a atuação do terapeuta ocupacional pode contribuir para o processo de formação continuada dentro dos sistemas educacionais.

A partir das discussões anteriores, observou-se que o sistema de ensino no Brasil está defasado e sucateado. Esta defasagem ocorre por inúmeros motivos, e neste trabalho foi analisado e pensado nova forma de trabalhar na sala de aula, que pode suprir alguns pontos desta defasagem com ênfase na educação inclusiva, a que

atualmente vem demonstrando ser pouco eficiente e deixado muito a desejar quando a discussão e a efetiva inclusão das crianças com deficiência ou necessidades educacionais especiais. Neste trabalho discutimos que a educação inclusiva pode ser pensada a partir da intervenção de um equipe multidisciplinar, no qual o terapeuta ocupacional seria um dos profissionais, e que teria muito a contribuir com o trabalho da inclusão, devida a suas inúmeras atribuições. Esta forma de pensar a inclusão pode contribuir nas ações efetivas do processo de produção de uma educação mais inclusiva. Porém, não queremos deixar evidente, que essa forma de pensar a educação irá solucionar o caos da educação inclusiva, pois vários são os empecilhos que fazem com que a educação esteja de tal forma, mas pode trazer inúmeros a melhora na qualidades na educação para os estudantes que dependem da inclusão como um meio educacional e social.

5. CONCLUSÃO

A escola deve proporcionar uma educação voltada para atender as necessidades e diversidade do aluno com deficiência dando autonomia e desenvolvimento pessoal. Para que a área educacional faça parte da tentativa de adaptar a escola para atender as necessidades de toda a sociedade,

Para Sasaki(1997) que o desenvolvimento das pessoas com deficiência precisa ocorrer dentro do processo de Inclusão, e que toda sociedade devem ser modificados a partir do entendimento que toda pessoa tem direito à educação e respeito.

Partindo dessa ideia conclui-se esse trabalho, com a percepção de que para que a inclusão possa acontecer realmente dentro dos

espaços educacionais, o trabalho multidisciplinar entre vários agentes é de fundamental importância, tanto para auxiliar no ensino e aprendizagem das salas regulares e como para atender a individualidades dos educandos. É neste contexto que a análise bibliográfica realizada durante a realização deste trabalho, nos permite concluir que a terapia ocupacional apresenta importante potencial para fazer parte das equipes que atuam no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e deficiência física no contexto escolar.

Suas contribuições podem ocorrer por meio da avaliação das demandas dos estudantes, adaptações das atividades e materiais, adequação de mobiliário e ambiente, utilização de tecnologia assistiva, promoção da acessibilidade, orientação aos professores, formação continuada e articulação entre escola, família e demais profissionais.

No caso dos estudantes com deficiência física, a literatura evidencia que muitas dificuldades de participação não estão exclusivamente relacionadas à condição física do aluno, a inadequação das atividades, dos recursos e do ambiente escolar, dessa forma modificar o contexto pode ser fundamental para possibilitar maior autonomia e participação.

A atuação do terapeuta ocupacional também deve superar uma perspectiva exclusivamente clínica individualizada. A inclusão escolar exige uma abordagem interdisciplinar, na qual o profissional compreenda a escola como espaço de aprendizagem, convivência, participação social e participação da cidadania.

As referências analisadas, indicam, portanto, que o terapeuta ocupacional pode funcionar como um importante mediador entre as necessidades do estudante e as demandas do contexto escolar. Entretanto sua atuação não deve ocorrer de forma isolada. A efetivação da educação inclusiva depende da participação conjunta de professores, famílias, profissionais especializados e políticas públicas que garantam recursos e condições adequadas.

Por fim, apesar dos avanços observados na legislação e na produção acadêmicas, ainda são necessárias novos estudos que avaliam sistematicamente os resultados das intervenções da Terapia Ocupacional no ambiente escolar. Também é importante ampliar a inserção desse profissional nas políticas educacionais e fortalecer práticas baseadas na participação, autonomia, acessibilidade e eliminação de barreiras.

Dessa maneira a Terapia Ocupacional pode ser compreendida como uma importante área de colaboração para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva na qual a diferença não seja entendida como impedimento à aprendizagem, mas como parte da diversidade humana que deve ser contemplada pelas práticas educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO). **Resolução nº500, de 26 de dezembro de 2018.** Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar. Brasília, DF, 2018.
<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-COFFITO-500-2018-12-26.pdf>. Acesso em 07 de setembro de 2026

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial:** Lei 9.394/96. Brasília, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996. https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/04/lei_diretrizes.pdf. Acesso em 06 de setembro de 2026

CARVALHO, R. E. **Renovando barreiras a aprendizagem.** Editora Casa, Porto Alegre, 2003.

FOLHA, Débora Ribeiro da Silva Campos; CARVALHO, Daniella Amorim de. Terapia Ocupacional e formação continuada de professores: uma estratégia para a inclusão escolar de alunos com transtornos do neurodesenvolvimento. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 28, n. 3, p. 290-298, 2017. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rto/article/view/135031>. Acesso em: 8 set. 2026

OLIVEIRA, Paola de Mattos Ribeiro de *et al.* Facilitadores e barreiras no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais: a percepção das educadoras. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 2, p. 186-193, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/59428>. Acesso em: 16 set. 2026.

PAULA, Ana Flávia Marostengem de; BALEOTTI, Luciana Ramos. Inclusão escolar do aluno com deficiência física: contribuições da Terapia Ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v.19, n.1, 2011.

<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/421>. Acesso em: 8 set. 2026.

PEREIRA, Beatriz Prado; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira; LOPES, Roseli Esquerdo. Terapia ocupacional e educação: as proposições de terapeutas ocupacionais na e para a escola no Brasil. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, e2072, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2072>. Acesso em: 15 set. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

TREVISAN, Juliana Graciela; DELLA BARBA, Patrícia Carla de Souza. Reflexões acerca da atuação do terapeuta ocupacional no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais. **Cadernos brasileiros de Terapia Ocupacional**, v.20, n.1, p.89-94,2012.

¹ Acadêmica de terapia Ocupacional na Faculdade UniGuairacá, Polo de Guarapuava Paraná.